



MONÇÕES

Revista de Relações Internacionais da UFGD

ISSN 2316-8323

LIÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL

THIAGO GEHRE GALVÃO

Professor do Departamento de Relações Internacionais UFRR

Doutor em Relações Internacionais pela UnB

E-mail: thiago.gehre@gmail.com

Resumo

Na medida em que o Brasil amplia seu envolvimento com as grandes questões internacionais no novo milênio, cresce o interesse no exterior por conhecimento de qualidade sobre diferentes aspectos da realidade brasileira. As principais publicações especializadas têm respondido a esta demanda reafirmando estereótipos e percepções tradicionais, e criando e inventando novas imagens sobre o Brasil neste século 21. Por isso, faz-se necessário entender como os estudos sobre a política exterior do Brasil podem ser elaborados de uma maneira fidedigna e científica, refletindo esse momento de efervescência por que passa o país em suas relações internacionais. Portanto, o objetivo deste artigo é o de fazer um balanço analítico sobre diversas experiências, brasileiras, latino-americanas e internacionais, sobre os estudos em relações bilaterais, procurando retirar lições teóricas, metodológicas e conceituais que possam ser utilizadas em análises sobre a política exterior do Brasil.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais do Brasil; Relações Bilaterais; Política Externa Brasileira.



Abstract

To the extent that Brazil is expanding its involvement with major international issues in the new millennium, growing is the interest abroad for quality knowledge about different aspects of Brazilian reality. Major publications have responded to this demand by reaffirming traditional stereotypes and perceptions, and creating and inventing new images on Brazil in the 21st century. Therefore, it is necessary to understand how the studies on the foreign policy of Brazil may be developed in a reliable and scientific way, reflecting that moment of excitement experienced by the country in its international relations. Therefore, the aim of this article is to make a balance of various international analytical experiences and studies on bilateral relations, seeking to draw theoretical, methodological and conceptual lessons from that can be used in analyzes of foreign policy of Brazil.

Keywords: Brazilian International Relations History; Bilateral Relations, Brazilian Foreign Policy.

Resumen

En la medida en que Brasil está ampliando su participación en importantes asuntos internacionales en el nuevo milenio, el creciente interés en el extranjero para el conocimiento de calidad sobre diferentes aspectos de la realidad brasileña. Las principales publicaciones han respondido a esta demanda mediante la reafirmación de los estereotipos tradicionales y percepciones, y la creación y la invención de nuevas imágenes sobre Brasil en el siglo 21. Por lo tanto, es necesario entender cómo los estudios sobre la política exterior de Brasil se pueden desarrollar de una manera fiable y científica, y que refleja ese momento de emoción experimentada por el país en sus relaciones internacionales. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es hacer un balance de los diversos experimentos analíticos, estudios brasileños, latinoamericanos e internacionales sobre las relaciones bilaterales, tratando de extraer lecciones de teórica, metodológica y conceptual que se puede utilizar en los análisis de la política exterior de Brasil.

Palabras-clave: Historia de las Relaciones Internacionales de Brasil, Relaciones Bilaterales, Política Exterior Brasileña.



“a saúde de uma disciplina científica exige da parte do sábio certa inquietação metodológica, a preocupação de tomar consciência do mecanismo do seu comportamento” (H. J. Marrou, in Adam Schaff, 1987, 68).

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre política exterior do Brasil vêm ganhando espaço na medida em que o país amplia sua presença internacional neste século 21. Por isso, faz-se necessário organizar conceitos, teorias, métodos e abordagens em um nicho especializado que vise trazer luz às problemáticas e enigmas que envolvem as relações entre o Brasil e o resto do mundo.

A própria evolução do campo de estudo de Relações Internacionais no Brasil deve primar pela parcimônia na delimitação das agendas de investigação, o que se reflete no caso de estudos na área da história das relações internacionais. Assim, encontrar as chaves históricas das relações internacionais do Brasil é uma resposta direta aos próprios avanços da realidade internacional, o que também leva, na visão de Halliday (1999), ao desenvolvimento do próprio campo de estudo das Relações Internacionais.

Logo, um conjunto de fatores suporta a relevância deste artigo: a indefinição metodológica no campo de estudo das relações internacionais e especificamente o fato de a história das relações internacionais não possuir uma metodologia própria; a falta de um debate dentro de seu corpo teórico-intelectual a cerca de seus limites e alcances interpretativos analíticos e metodológicos; o avanço crescente do interesse nos estudos sobre o Brasil e outros países do mundo; a valorização da perspectiva histórica e de abordagens orientadas pela História; são todos fatores que abrem espaço para uma discussão mais detida acerca da metodologia dos estudos de relações bilaterais em Relações Internacionais.

Indaga-se se seria possível pensar um conjunto mínimo de regras e procedimentos metódicos e logicamente articulados para o desenvolvimento de estudos sobre as relações internacionais do Brasil. Mais do que responder plenamente a esta pergunta, o objetivo deste artigo é o de recolher das diversas experiências acadêmicas, brasileiras, latino-americanas e internacionais, lições teóricas, metodológicas e conceituais para costurar uma tapeçaria intelectual que sirva como modelo para estudos nesta área.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes. Primeiro buscar apreciar como a política exterior do Brasil poderia ser analisada pelo estudo das relações bilaterais, sua razão de ser e derivações interpretativas. Segundo, discute-se a natureza histórica dos estudos sobre relações bilaterais e suas dimensões, a temporal e a factual. Terceiro, aborda-se a conciliação entre história, teorias e conceitos e a síntese possível entre tais facetas da análise em relações internacionais. Por último, apresenta-se um balanço analítico com algumas possibilidades teóricas e conceituais para os estudos sobre relações bilaterais.



O estudo das relações bilaterais

Existem três formas principais de inserção dos Estados no meio internacional: unilateralidade, relações bilaterais e multilateralidade. Percebe-se que tais aspectos se coadunam entre si, servem a diferentes propósitos e representam diferentes momentos históricos do jogo de poder mundial.

Por um lado, uma política unilateral desconsidera o peso de outros interesses e a opinião de outros atores, construindo em torno de si os elementos de legitimidade e justificação. Por exemplo, ações unilaterais expressam a condição de hegemonia ou império no sistema internacional. Por outro, uma política multilateral considera o peso de outros interesses e a opinião de outros atores, construindo a legitimidade e a justificação de ações e comportamentos em torno de um consenso que parte de determinado grupo. Por exemplo, atuações multilaterais valorizam a cooperação e a integração em assuntos-chave, como energia nuclear na Europa e na América do Sul e liberalização comercial no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Dessa maneira, o primeiro aspecto a ser estudado em relações bilaterais seria o nexo entre a política bilateral nascente, a existência de múltiplas forças no sistema internacional, e os interesses e opiniões de cada um dos atores envolvidos. O caminho seria identificar a construção da legitimidade do agir nas relações internacionais a partir de uma visão de mundo derivada do consenso entre dois atores. Isto porque ações bilaterais buscam tanto harmonizar interesses em ambientes competitivos, como evitar os efeitos negativos de ações unilaterais.

A segunda faceta das relações bilaterais a ser analisada se referiria ao estabelecimento de uma diplomacia bilateral, traduzida em atos vinculantes de matizes variados, como político, econômico e social, entre dois países. A diplomacia bilateral pode ser tanto burocrática, fruto dos contatos protocolares entre os agentes de política exterior de dois Estados, quanto presidencial, diretamente sob os auspícios dos mandatários de duas nações.

Neste caso, existe uma correlação entre o tipo de diplomacia bilateral e o grau de profundidade do contato bilateral. Assim, quanto maior o uso da diplomacia presidencial bilateral, maiores as evidências que aquela relação bilateral está sendo alçada a um patamar diferenciado. Logo, quanto menor o uso da diplomacia bilateral presidencial e, conseqüentemente, maior o uso da diplomacia bilateral burocrática, a importância relativa daquele contato para o outro país será reduzido. Em suma, a diplomacia presidencial bilateral é uma oportunidade dos mandatários de acentuarem sua individualidade e o seu papel histórico internacional, ao mesmo tempo em que ampliam seu prestígio político e sua força eleitoral (DANESE 1999, 66).

Outra faceta das relações bilaterais a ser estudada refere-se ao estabelecimento de atos internacionais bilaterais que versam sobre todos os tipos de questão e matéria, desde o comércio à segurança. Por exemplo, Tratado de Limites e Navegação Fluvial, Tratado de extradição, Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias, Acordo de demarcação de fronteiras, Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça, Protocolo Relativo à Demarcação de Limites e Memorando de Entendimento para Regulamentar o Transporte Fronteiriço de Passageiros entre Territórios vizinhos.



Normalmente, os países seguem tradições de inserção internacional que se cristalizaram ao longo do tempo para informar suas decisões sobre o tipo e escopo do tratado a ser assinado. Tais tradições constituem-se em grandes linhas de política exterior. Ou seja, são elementos de longa duração na história da política externa que moldam, do ponto de vista conceitual, a práxis diplomática nacional. No caso brasileiro, a política externa esta amparada no realismo, pragmatismo, no juridicismo, no pacifismo e no universalismo (CERVO 1994, 26-27; LESSA 1998, 29-41).

Por último, o estudo das relações bilaterais depende da compreensão da prática da política exterior, desde sua formulação ideológica a sua execução como política pública, à luz do tempo histórico e do avançar cronológico que tende a constituir um tipo diferente de laço social entre Estados. Neste caso, a binacionalidade seria um momento em que a interação bilateral vai gradativamente perdendo suas diferenças em cores e passa a conformar uma mesma tonalidade, marcada em termos de encontros culturais, sociais, comunhão de interesses, construção da confiança e redefinição identitária.

A natureza histórica dos estudos sobre relações bilaterais

A história parece ser a tela natural para as análises sobre a realidade social internacional. Ao pensar na história, Foucault se pergunta qual é o solo a partir do qual podemos estabelecer semelhanças, identidades e analogias. Da mesma maneira, Pierre Renouvin, descontente com os rumos dos estudos históricos na França, redireciona os esforços investigativos para cunhar uma nova disciplina que buscasse no conjunto de causalidades parcela importante das razões que motivavam homens de estado em seus desígnios e cálculos estratégicos.

A natureza histórica dos estudos sobre relações bilaterais se bifurcam em duas dimensões: uma temporal, refletida na maneira como o estudioso lida com o tempo como variável interveniente; e outra factual, concernente a forma como o estudioso trata as fontes a sua disposição.

Uma das perspectivas analíticas em destaque está atrelada à história das relações internacionais e se dedica a estudar as fontes primárias das chancelarias de dois países, bem como as fontes secundárias que narram os encontros e desencontros de ambas as sociedades, descortinando a evolução de suas relações internacionais.

Dimensão temporal

O primeiro esforço visa inserir o estudo na temporalidade. Ao fazer uso do tempo histórico cria-se a primeira dimensão a ser levada em conta no estudo das relações bilaterais. A história constitui paisagem a ser de observada, e transformar-se, sobre a ação do estudioso, em laboratório de experiências para os ensaios que realizamos. Como coloca Gilpin (1995, p. 11): “believing that the past is not merely prologue and that the present does not have a monopoly on truth, we have drawn on historical experience”.



Contudo, a história não deve ser vista apenas como um reservatório de exemplos e ilustrações, pelo contrário, ela deve ser concebida como parte constitutiva das experiências fenomenológicas e de acontecimentos e do ofício do internacionalista. Surge daí a noção de que a história assume a função de dimensionar os estudos das ciências sociais em geral e das relações internacionais em particular. Os dois significados correntes da palavra história seriam a pesquisa conduzida pelo historiador e as séries de acontecimentos passados em que ele se debruça para investigar. Neste sentido, deve-se conceber a história como o local ideal para se estudar os eventos internacionais relativos ao Brasil.

Terceiro, trata-se de um esforço de recorte temporal como delimitador do objeto de análise. Serve na definição de limites históricos, na identificação de marcos temporais e na utilização da cronologia como uma ferramenta para a narrativa. Para Almeida (1999, 39-40), é indispensável o apoio da análise em uma temporalidade definida em termos de periodização, implícita ou explícita. Este tratamento implícito é, por exemplo, marcante na obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1989; 2003; 2006), que privilegia um recorte cronológico que expõe no sumário e no início de cada capítulo os principais acontecimentos daquele período a ser analisado.

O estudo das relações bilaterais concebe como norte referencial a possível identificação de subperíodos dotados de unidades lógicas de compreensão. A periodização, definida como delimitação e subdivisão de um determinado processo histórico, deve identificar as características peculiares a um determinado período, no confronto com outro (GLENISON 1991).

Antes de tudo deve o pesquisador reconhecer os perigos envolvidos na árdua tarefa da periodização, para com parcimônia e discernimento científico enquadrar os fatos históricos e seus atores em uma moldura adequada. Como lembra Saraiva (2001, 257), "a periodização é como um mal necessário, que funciona para organizar tempos múltiplos e processos que se superpõem no tempo", o que não significa ser uma tarefa acabada. O estudioso inicia com periodização tentativa que funcionará como hipótese de trabalho e deverá ser posta a prova das fontes primárias.

Logo, no trabalho de periodização, uma das primeiras dificuldades com as quais o historiador das relações internacionais deve lidar é a definição das datas-limites, os marcos de referência para suas análises. Aqui, como lembra Zavala (1990, 233), "é indispensável selecionar critérios chaves segundo os quais se organizam os dados históricos para a formulação" de parâmetros de interpretação. Para esta tese, entende-se como critério fundamental a definição das linhas de política externa dos atores ao longo do período escolhido. Com isso, parte-se para compreender a relação deste critério com os outros critérios complementares e derivados, como segurança regional e suas instituições, política energética, regimes políticos, identidade internacional, decisões, escolhas e posturas perante os acontecimentos internacionais no sistema interamericano.

O quarto esforço trata da contextualização. Neste caso, os períodos como agrupamentos de fatos históricos que mantêm uma relação de integração e interdependência entre si estão vinculados a um mesmo contexto temporal e/ou espacial. Assim, o contexto do acontecimento o torna um fato histórico, gerando acontecimentos importantes e sendo antecedido por outros acontecimentos de natureza diferente. Dessa forma, enquanto os períodos promovem o encontro entre espaço e



tempo, na narrativa pela qual o historiador das relações internacionais procura retratar os acontecimentos no movimento, a periodização serve ao propósito de delimitação da extensão temporal da narrativa, com a descrição do problema a ser abordado e circunscrição do escopo das ações, fatos e eventos pertinentes ao estudo que se pretende levar adiante.

O quinto aspecto trata de um esforço de previsibilidade. As limitações são evidenciadas pelas contingências, imprevisibilidade e imponderabilidade associadas ao elemento humano. Ademais, a pretensão de previsão e de se olhar o futuro sem atenção ao presente e passado deve prejudicar os estudos sobre as relações bilaterais. De acordo com Carr (2002, 141): “o presente não tem mais do que uma existência ideal como uma linha divisória imaginária entre o passado e o futuro”.

Ademais, ao generalizar, o historiador fornece guias para a ação futura, o que só é possível pela abstração que flui da falta de contexto e que projeta determinada ideia para além do tempo e espaço, fazendo com que as generalizações permaneçam ao longo do tempo. Isto é possível pela definição de marcos, períodos e categorias analíticas. Para Adam Schaff (1987, 126), ao citar Becker, “o passado é uma espécie de écran sobre o qual cada geração projeta a sua visão de futuro e, por tanto tempo quanto a esperança viva no coração dos homens, as histórias novas suceder-se-ão”.

Nesse sentido, a história como presente projetado sobre o passado faz necessário reescrever continuamente a história. Segundo Croce, a história é o pensamento contemporâneo projetado no passado. A história começa como legado da tradição e significa a transferência dos hábitos e lições do passado para o futuro. Em suma, como assinala Carr (2002, 142), “os bons historiadores, quer pensem sobre isto quer não, têm o futuro em seu sangue”.

Nesse sentido, a dimensão temporal das relações bilaterais leva por caminhos de definição das etapas cronológicas sucessivas das relações bilaterais do Brasil com o outro país. A periodização desta maneira é entendida como acoplamento de blocos cronológicos. Logo, o estabelecimento de relações diplomáticas pode ser um momento importante, como no caso das relações Brasil-Arábia Saudita em 1968, abrindo espaço para a penetração do Brasil no Oriente Médio na década de 1970 e Brasil-China em 1974, possibilitando a institucionalização e fortalecimento dos laços nas décadas seguintes (ALSAFI 1992; RAMOS 2006).

O exato enquadramento dos acontecimentos históricos demanda uma certa precisão e habilidade na construção de linhas temporais factuais. Para tanto, o estudioso se vale de um instrumental auxiliar a fim de construir uma continuidade cronológica, uma sequência temporal que preserve a complexidade intrínseca ao processo histórico. Como afirma Carr (2002, 47), a tênue linha que separa as três dimensões temporais permite a visualização da história como um grande processo em constante movimentação, não necessariamente evoluindo, como se verá mais adiante.

Por ser o acontecimento um fato objetivo, ligado à realidade por uma quantidade infinita de fios, e por representar um fragmento ou por ser apenas uma partícula desta complexa realidade, a cronologia permite ao historiador remontar e recriar episódios das relações internacionais. Além disso, permite costurar uma linha factual que não está dividida por áreas do conhecimento, deixando mais claro a inter-relação ou dualidade que se estabelece entre o plano interno e externo da



política, “como se tudo não fizesse parte do mesmo continuum histórico e mundial”, lembra Garcia (2005, 13).

Segundo Amado Luiz Cervo (2005), a cronologia da História das Relações Internacionais do Brasil serviria a diplomatas e estudiosos para que colocassem suas energias no pensar a política exterior ao invés de ficarem perseguindo os fatos. Além disso, três usos da cronologia como uma ferramenta auxiliar ao historiador das relações internacionais e que servem também a sua tarefa de periodização e demarcação temporal da análise:

- a) Busca pela Gênese: dispor do fato histórico para determinar a gênese e evolução dos processos históricos;
- b) Valorização da objetividade: fundar decisões em julgamentos, ideias, avaliações e conclusões assentadas sobre o real, não o subjetivo ou imaginário;
- c) Contextualização: completar o quadro constitutivo do contexto.

Garcia (2005, 14) exalta dois aspectos positivos do uso da cronologia. Primeiro, o mérito da cronologia como um instrumento ágil de referência e consulta para acontecimentos singulares no tempo, ou mesmo para dirimir dúvidas acerca do encadeamento dos fatos em determinado período. Segundo, a cronologia como um instrumento de liberdade criativa que fornece ao historiador das relações internacionais possibilidades múltiplas e criativas para utilização dos dados à disposição.

Ainda que não se deva agarrar tanto aos limites cronológicos que concebem a história como segmentos de uma linha, Cervo (2005) agrega mais valor à cronologia como ferramenta para o internacionalista, apreciando em tom de alerta: “por certo, uma cronologia de fatos não é suficiente para inspirar a decisão estratégica, mas ignorar sua sequência causal leva muitas vezes o dirigente a repetir os erros do passado”.

Um último esforço vinculado à dimensão temporal se refere à qualificação dos períodos que definem as relações bilaterais. Um exercício que se utiliza predominantemente de metáforas explicativas. Cervo (1992) divide as relações bilaterais Brasil-Itália em três tempos: Um tempo para chegar (1861-1918), Um tempo para entender-se (1919-1949) e Um tempo para cooperar (de 1950 a nossos dias). Também Cervo e Magalhães (2000) qualificam um período das relações bilaterais Brasil-Portugal como sendo relações recíprocas no fim do século.

Já Becard (2008) qualifica o primeiro período de seu estudo como relações embrionárias entre Brasil-China (1974-1979). Ainda esta autora trata o período de 1990-1994 como o do esfriamento das relações bilaterais e superação dos desafios. Avelar (2003) fala dos encontros e desencontros de Brasil e Portugal, aportando a imigração portuguesa e o problema colonial. Lessa (2000) trata do reencontro entre Brasil e França entre 1945 e 1955 e do *annus terribilis* e a parceria bloqueada entre 1956 e 1962.

Em suma, a relações bilaterais deve levar em consideração a temporalidade, a dimensão histórica da análise, a contextualização, o recorte temporal, a cronologia e a qualificação dos tempos históricos.



Dimensão factual

A segunda dimensão das relações bilaterais se refere ao tratamento dos dados empíricos, sejam eles fatos ou acontecimentos. Trata-se do processo de escolha e seleção das fontes, interpretação e análise dos dados e construção da narrativa. No momento da comunicação ou publicização da pesquisa, estas deverão ser identificadas de acordo com os arquivos e centros de documentação visitados.

No caso das relações bilaterais é importante ter ciência da definição dos componentes factuais que são, na verdade, diferentes categorizações acerca da realidade consubstanciada na forma de fontes e documentos. A referência é com relação às noções de fato histórico, acontecimentos e fenômenos, por um lado, e estrutura, conjuntura e circunstância de outro.

Por um lado, os fatos históricos são fatos sociais que mantêm uma identidade com a consciência coletiva de certo grupo social e acabam por influenciar o curso evolutivo-temporal de sociedades ou civilizações. Por outro, são fatos acontecidos, e em certa medida distorcidos, cuja importância e significação em determinar o desenvolvimento dos arranjos sociais são “validados” pelos historiadores e pela comunidade de estudiosos a que pertencem. Assim, segundo Schaff (1987, 224), “os fatos históricos são fatos conhecidos e relevantes à ciência por deixarem traços nos vestígios do passado, isto é, nas fontes históricas”.

Esta condensação de correlações e interações em torno da noção de “fato histórico” ganha especificidade quando ele é dimensionado no plano temporal e humano de forma concomitante. Na visão de Duroselle (2000, 19) determinados fatos históricos vinculados à vida internacional devem ser tratados como acontecimentos por serem datados, conseqüentemente únicos, e por estarem ligados à ação do homem.

A título de simplificação o estudioso pode optar por utilizar fatos históricos e acontecimentos como sinônimos, mas com isso afasta-se do consenso metodológico alcançado com os estudos empreendidos pela Escola Francesa de História das Relações Interacionais. Ademais, Duroselle explica que os fenômenos são objeto da ciência em geral, sendo percebidos pelos nossos sentidos, tanto de forma direta e como indireta, e que se caracterizam, diferentemente dos acontecimentos, por não dependerem do tempo para sua definição.

Quando esses acontecimentos são incluídos no movimento da história das relações internacionais adquirem características próprias nas formas de estrutura (perene), conjuntura (transitória) e circunstâncias (imediata). Segundo Duroselle (2000, 237), os componentes, cálculos e forças presentes nos sistemas de finalidade e causalidade dependem de elementos presentes: que se movem lentamente, ou que mudam rapidamente, ou que simplesmente param de mudar.

Não se pode deixar de incluir neste conjunto de fatos históricos que preenchem períodos e definem marcos as chamadas contingências, ou seja, algo que acontece ou muda inesperadamente. Esta tendência à instantaneidade ou à surpresa faz da contingência um acontecimento propício a ser aprisionado pelo historiador como marco de seus estudos (GADDIS, 2003).



Com o esclarecimento da tipologia factual a disposição do estudioso, precisa-se encarar alguns desafios no progresso da pesquisa sobre as relações bilaterais. O primeiro desafio é o encontro com as fontes primárias. Para o Embaixador Rubens Ferreira de Mello, em artigo publicado no jornal El Nacional da Venezuela em 28 de dezembro de 1948, “A ação da diplomacia permanece no silêncio das chancelarias e as vitórias que ela alcança dificilmente atravessam as paredes dos arquivos diplomáticos”. Cabe ao pesquisador internacionalista quebrar os muros silenciosos dos arquivos diplomáticos e dar voz aos encontros e desencontros dos países nas relações internacionais.

Um segundo aspecto refere-se à confrontação das documentações oficiais para ampliar o nível de objetividade acerca da matéria. Cervo (2008, 65) aconselha que seja feita uma coleta de experiências históricas em três níveis, diplomático, político e das relações internacionais. Neste quesito, um problema que pode surgir é a falta de paralelismo entre as documentações diplomáticas bilaterais. Relata Vidigal (2007, 14):

“Brasil e Argentina possuem instituições diferentes, políticas exteriores formuladas a partir de distintos processos decisórios e cosmovisões nem sempre convergentes. Assim, a documentação diplomática de um e de outro país priorizam temáticas e problemas igualmente distintos”.

A saída para esta armadilha é confiar nas fontes secundárias que propiciem as ligações e preencham as lacunas devidas, bem como na utilização dos aportes paradigmáticos e dos conceitos que traduzem visões gerais construídas com base em consensos da comunidade científica.

Um terceiro aspecto refere-se à diversificação das fontes. Pierre Renouvin, em consonância com a Escola dos “Annales”, recusou a história limiar e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. Renouvin aponta para a insuficiência explicativa das fontes tratadísticas e diplomáticas, clamando assim pela multifatorialidade para explicação dos fenômenos e eventos internacionais. Neste sentido, o conceito de forças profundas, atualizado mais tarde com Jean-Baptiste Duroselle, faria referência a um conjunto de causalidades que deveria ser buscado pelo historiador das relações internacionais, o que significa expandir o réu arcabouço de fontes (SARAIVA 2001, 21; LÊ GOFF 2001, 31).

Do ponto de vista prático, livros e estudos do período estudado, fontes jornalísticas da época de referência, documentos do legislativo e do executivo que não sejam propriamente das chancelarias, montam um conjunto de fontes de interesse. Além disso, dependendo do tema e do recorte temporal, é preciso acompanhar atentamente os meios de comunicação para costurar a conjuntura atual com os elementos circunstâncias e estruturais da relação bilateral.

Logo, pesquisas em sites especializados da internet permitem o acesso instantâneo a informações e arquivos de instituições brasileiras e do exterior de difícil acesso. Com esta ferramenta é possível acessar diversas bibliotecas digitais e sites institucionais de governos que possuam relação com os objetivos da pesquisa.

Como aconselha Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1999, 27) “a quantidade oceânica de fontes e a saturação da informação” deve passar pelo crivo do pesquisador, que mobilizando critérios e



selecionando os dados pertinentes, realiza um trabalho concomitante de pesquisa documental e problematização, lapidando hipóteses e adequando objetivos. Assim, o “choque informático” não deve produzir confusão entre a quantidade de informações disponíveis e a qualidade das fontes trabalhadas, o que deve ser alvo de grande atenção por parte do pesquisador (JARDIM, 1992).

Um quarto elemento que aflora ao historiador das relações internacionais é o desafio de dominar o passado e entendê-lo como chave para a compreensão do presente. Uma vez que a interpretação “é o sangue vivo da história”, como exalta E. H. Carr (2002, 63), a lição seria a de efetuar a adequação da análise do objeto pela interpretação da realidade consoante um propósito atual. Gaddis (2003, 70-75) ressalta a análise interpretativa-histórica pela busca por “múltiplas causas”, acreditam que a formação da realidade social pode ser compreendida por meio da interação entre diversas variáveis interdependentes entre si.

A conciliação entre história, teorias e conceitos.

O esforço analítico e interpretativo, derivado das pesquisas e inferências realizadas pelo estudioso perpassa pela necessidade de conciliar as três principais dimensões de um estudo em relações internacionais: história, teorias e conceitos. Como, então, pode-se lidar com a dupla dimensão teórico-conceitual?

Os estudos sobre relações bilaterais, ao mesmo tempo em que devem buscar o equilíbrio entre o temporal e factual, envolvem os elementos teóricos e conceituais como geradores da análise em Relações Internacionais. Segundo Raymond Aron (2002, 475), “o universo diplomático é uma caixa de ressonância: os ruídos provocados pelos homens e pelos acontecimentos são ampliados e repercutem até o infinito”. Uma das formas de interpretar essa massa factual emissora de ondas criadoras é pela utilização das teorias.

Para o estudo das relações bilaterais os conceitos teóricos devem auxiliar a interpretação das fontes primárias selecionadas. Spektor (2002, 9) afirma que um critério inicial a ser estabelecido é o de que as “evidências apresentadas pelas fontes são privilegiadas em detrimento do modelo teórico-metodológico proposto”. Já Trachtenberg (2006) ressalta que “the important thing here is to realize that theory, in itself, does not provide answers and that its main function is to bring questions into focus”.

Do ponto de vista prático, trata-se da definição do marco teórico-conceitual que subsidiará a interpretação dos fatos e dará inteligibilidade ao recorte temporal do estudo pretendido. Esta dimensão passa pela escolha e utilização de modelos teóricos na interpretação histórica, descrição dos conceitos mais importantes para o estudo e derivação de novas ideias e conceitos provenientes da análise histórica.

Burke (2002) avalia que “vivemos em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante e, ao mesmo tempo confusa [...] sem combinar história com teoria, é provável que não consigamos entender nem o passado nem o presente”.



A posição defendida por Schaff (1987, 233) é de que “frente ao passado sem nenhuma concepção, sem nenhuma teoria ou hipótese preliminar [...] seríamos impotentes perante o caos formado pela multidão dos acontecimentos, dos processos e de seus produtos...”. Já Amado Cervo (2008, 214) afirma que “cada conceito paradigmático esconde parcela da verdade, agregando-se a outros sem eliminá-los”.

Outro aspecto diz respeito à própria aplicabilidade de teorias e conceitos, que depende de uma perspectiva histórica. O conceito, segundo Sheehan (1996, 1) ao falar sobre o equilíbrio de poder, normalmente tem sua aplicação prática como uma ferramenta de análise ou um guia para a política, mas que “has historically been a reality”. Os conceitos traduzem estruturas históricas que constantemente evoluem, apesar de continuar capturando um aspecto fixo da realidade.

Portanto, só seria possível conceber a criação de um conceito dentro de um contexto histórico. Ele nasce em virtude de uma série de ocorrências, acontecimentos e fenômenos e mesmo que adquira o caráter “transistórico”, para que seja operacionalizado da melhor forma (adequações), deve-se entender sua raiz histórica. Quando isto não ocorre, ele se torna anacrônico, sem poder explicativo.

Assim, se por um lado a rigidez dos paradigmas e conceitos paradigmáticos pode parecer, às vezes, enganadora, estimulando a posição crítica e severa de alguns estudiosos contra o desenvolvimento de teorias e conceitos em relações internacionais, ainda não parece ter chegado o momento de decretar a morte das teorias das relações internacionais na interpretação histórica.

Neste caso, a fim de evitar qualquer tipo de confusão e garantir o bom andamento da pesquisa, em consonância com os objetivos traçados, recorre-se à pluralidade teórica e à interdisciplinaridade como meios para a consecução das pesquisas. Apartadas dos estereótipos e conscientes que podem frutificar juntas teoria e história devem ser valorizadas (Vigizzi, 2000). Assim, apresenta-se como solução metodológica uma abordagem híbrida, fruto do diálogo entre teoria e história.

Logo, elementos conceituais e teóricos característicos da História e Teoria das Relações Internacionais servem de instrumental de análise e interpretação, que devem guiar o pesquisador em um estudo sustentado e complementado por insights teóricos, mas fundamentado no processo e na evolução das relações bilaterais entre os atores envolvidos. É relevante ressaltar que o marco teórico em um estudo sobre relações bilaterais “é aquilo que o pesquisador faz dele”, parafraseando o mote da linha de pensamento construtivista em relações internacionais.

Opções teórico-conceituais

No plano das opções teórico-conceituais destacam-se algumas importantes vertentes de estudo, que deram vazão a novos fluxos de ideias em centros de estudo periféricos da Europa, Ásia, América Latina e África. Dessa forma, a análise dos grandes processos internacionais encantaria franceses, ingleses e norte-americanos, que passariam a imaginar a evolução da vida internacional pelos conceitos de “movimento” e “ondas criadoras”, duradouro sobre o imprevisível, preocupando-



se mais com as instituições internacionais que tendem a perdurar nas relações internacionais do que com os eventos e fenômenos circunstanciais e passageiros; apoiando-se nos documentos diplomáticos e fazendo emergir uma simbiose entre história e ciência política.

O primeiro recorte de referencial teórico agrega a contribuição da escola francesa de história das relações internacionais. Além de atentar para a importância das ideias como valor influente no processo de tomada de decisão e formulação da política externa, fornece alguns instrumentos interessantes de análise, como a utilização da analogia (comparação) e a atenção sobre as regularidades (processos e continuidades) da vida internacional, assim como conceitos de alto poder explicativo, como forças profundas (multifatorialidade) e Homens de Estado (tomador de decisão), inseridos nos sistema de causalidades e sistema de finalidades (RENOUVIN e DUROSELLE 2000).

Para os franceses explicar as relações internacionais significava falar em “forças profundas”: fatores geográficos, condições demográficas, movimentos migratórios, forças econômicas, questões financeiras, sentimento nacional, nacionalismo e sentimento pacifista; e em “homem de estado”: sua personalidade e suas atitudes históricas, sua relação com o interesse nacional, sua exposição às forças profundas (pressões diretas e indiretas), sua ação sobre as forças profundas e o âmbito das decisões. Além disso, o estrangeiro, o movimento e as ondas criadoras, os sistemas de finalidades e de causalidades completam o grande sistema conceitual erigido pela escola francesa desde seu nascimento nos anos 50 do século 20. Vale destacar que Duroselle seria responsável por atualizar o marco teórico-metodológico da disciplina de História das Relações Internacionais já numa fase de amadurecimento da escola francesa (SARAIVA 2001, 23).

Outra categoria proveniente da abstração científica é a analogia, que poderia ser uma armadilha metodológica caso levasse o internacionalista a adotar uma visão unívoca dos acontecimentos históricos. Ao contrário, deveria fazer suas análises e estudos prosperarem com a busca pelas regularidades e pela comparação histórica, que frutificam ao serem concebidas a partir de marcos e períodos históricos. Dessa forma acredita Duroselle (2000, 90), que coloca a analogia como uma dos pilares teórico-metodológicos para compreender a dinâmica da vida internacional.

Para os ingleses, desde Herbert Butterfield e Martin Wight (2002), passando por Hedley Bull e até Adam Watson, os conceitos e as categorias de análise evoluíram paralelamente à afirmação desta tradição de pensamento em uma escola inglesa de relações internacionais. Primeiramente, uma curiosidade explicativa acerca das relações internacionais levou os ingleses de encontro às grandes estruturas internacionais como potência (dominante, mundial, menor e grande), anarquia, sistema internacional, guerra, equilíbrio de poder, aliança, armamento e compensação.

Em seguida, sobretudo com Hedley Bull (2002), seriam valorizadas na análise as noções ordem, anarquia e a possibilidade de busca de justiça e igualdade diante de uma estrutura estatal definida em termos societário ou sistêmico. Além disso, o foco recairia sobre as instituições responsáveis por manter a ordem nas relações internacionais: diplomacia, direito internacional, equilíbrio de poder, grandes potências e guerra. Com isso, avançava-se na formação do sistema conceitual da escola inglesa, enquanto a própria consolidação do termo “escola inglesa” de Relações Internacionais seria fruto de três processos: a) o encontro entre liberais ingleses e behavioristas norte-americanos, b)



o papel do British Committee e c) os debates internos entre os estudiosos desta escola (TRENTO 2004).

E quando, novamente, as modificações do mundo imputavam mudanças na forma como os estudiosos deveriam enxergar a vida internacional, surge Adam Watson com as obras *The expansion of international society* (1984) e, sobretudo, *The evolution of international society* (1992). Como aponta Saraiva (2001, 20), um momento especial de “atualização teórica e metodológica da história das relações internacionais”.

Paralelamente ao desenvolvimento de uma perspectiva histórica, eclodiu e evoluiu nos Estados Unidos uma tradição própria de estudo relações internacionais, recebendo influxos externos, de pesquisadores e estudiosos europeus, e influxos internos, de outras disciplinas, sobretudo da Ciência Política. Neste caso, a tradição norte-americana originou vertentes perspicazes que servem ao estudo da relações bilaterais como o Realismo Neoclássico, os estudos sobre Grande Estratégia de Política Externa e a notória Análise de Política Externa (FPA na sigla em inglês).

O realismo neoclássico emerge no bojo do realismo político com a proposta de retificar o desequilíbrio entre generalização e particularismo perpetrado pelo neorealismo e pelo realismo ofensivo. Neste caso, busca-se um reencontro com a história e com os fundamentos filosóficos do realismo tradicionalista, mas com um olhar sobre as condições específicas domésticas dos Estados, incluindo a atuação dos indivíduos, e seus impactos sobre a política externa. Segundo Schweller (2003, 336), “neoclassical realists highlight the problems that decision makers experience in both assessing and adapting to structural-systemic changes”.

Os estudos sobre “Grande Estratégia” têm se desenvolvido atrelado a um Programa de Pesquisa na Universidade de Yale, mas que vem ganhando notoriedade dentro da comunidade de historiadores internacionais. A ideia de Grande Estratégia pode ser definida como um plano de ação baseado na relação calculada de meios para se alcançar fins em uma perspectiva material e temporal ampla. Parte-se do pressuposto que a prática da grande estratégia é construída com base em princípios estratégicos fundamentais que requerem flexibilidade e ajustes constantes. Dessa forma, o conceito de grande estratégia de política externa está associado aos reinos político-militar, mas não exclui uma gama variada de atividades de outros setores da sociedade.

Outra vertente norte-americana que influencia as análises sobre a política externa busca resgatar o quadro dual de relações que se estabelece entre as esferas interna e externa de cada país. Uma discussão embasada na noção de *double-edge diplomacy* coaduna formulação de agenda interna e construção de política externa. Ademais, a evolução interna de duas sociedades (movimentos, processos políticos, fluxos de tomada de decisão) determina fases de relações bilaterais mais ou menos simétricas ou completamente assimétricas. Assim como, a compreensão sobre as características históricas e sociais do sistema internacional vigente é fundamental para compreender escolhas políticas e o comportamento dos atores.



Um balanço analítico de como estudar relações bilaterais

As relações bilaterais, como parte do estudo de políticas exteriores, precisam ser estudadas em uma perspectiva ampla, que abarque o maior número possível de elementos, definidos analiticamente por vetores e que se expressam em diferentes formas. Nesta seção, serão apresentadas algumas possibilidades analíticas à disposição para o estudo sobre relações bilaterais.

Aporte Paradigmático

Uma maneira tradicional de se focar os estudos bilaterais entre países é utilizar os paradigmas de política exterior derivados do estudo das relações internacionais do Brasil. Identificam-se, predominantemente, três aportes paradigmáticos. O primeiro quadro se desdobra em liberal-conservador, desenvolvimentismo, associacionista e autonomista, normal e logístico (CERVO 2008, 67-90).

O segundo aponta para duas visões: americanista e globalista. Maria Regina Soares de Lima (1996, 34) define paradigmas como mapas cognoscitivos de natureza interpretativa que auxiliam o diplomata ao dar sentido à complexidade do mundo a sua volta, de onde partem as diferentes alternativas de ação. Eles poderiam ser derivados de elementos que compõem a ação diplomática, consistindo de ideias mais ou menos articuladas, que podem ou não ser suportadas por teorias existentes.

O aspecto definidor para esta autora seria o alinhamento ou não do Brasil aos Estados Unidos. O paradigma da aliança especial com os Estados Unidos seria o primeiro do século XX, e está diretamente ligado às distintas interpretações do que se denominou o legado do Barão do Rio Branco. A grande mudança paradigmática da política exterior brasileira, na visão de Soares de Lima (1996, 35), está situada nos anos 1960.

Com a distensão entre as duas superpotências da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, e em face dos movimentos mundiais de contestação do status quo, tais como a Conferência de Bandung (1955), teria sido possível ao Itamaraty formular uma alternativa ao americanismo. O novo paradigma, globalista, “contrapunha à tese de que a maior aproximação com Washington elevaria os recursos de poder do país, aquela que elegia a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para o aumento do seu poder de barganha do mundo”.

O terceiro aporte utiliza eixos de relações bilaterais como determinantes explicativos da aproximação e afastamento entre países. As relações do Brasil são direcionadas a países segundo expectativas nutridas pelas duas partes e encontram suas origens nos elementos de proximidade entre as sociedades e nas possibilidades concretas de negócios. Assim, subdivide-se em alguns eixos: sentimental, caracteriza-se pelo forte componente de simpatia entre os povos e pela identidade cultural primária, traduzindo as relações do Brasil com Portugal e Espanha; instrumental, caracteriza-se pela confluência das dimensões econômica e cultural ou psicossocial, traduzido pelas relações do Brasil



com Alemanha e Itália; e o eixo da apatia recíproca, marcada pelo oportunismo conjuntural e a fraca densidade histórica de contatos bilaterais (LESSA 2000, 68).

A virtude da análise pelos paradigmas está no grau de confiabilidade que a generalização adquiriu com o acumulado das pesquisas históricas desenvolvidas até então e sua capacidade de explicar escolhas e cálculos estratégicos dos promotores da política externa. Entretanto, o seu efeito cognitivo sofre com a complexidade da organização da realidade factual, "difusa e disparatada quando se trata do comportamento humano" (CERVO 2008, 66).

Neste caso, vasculhar de forma mais minuciosa a realidade pode ser feito por meio de um conjunto de "conceitos paradigmáticos" que traduzem a prática das relações bilaterais do Brasil, não apenas com seus vizinhos sul-americanos, como também com países de outras regiões. Falam-se, nesse sentido, na rivalidade, cooperação e conflito, relações cíclicas e relações em eixo.

A rivalidade como uma categoria analítica, encorpa um conjunto de elementos sobre a realidade da relação bilateral, como questões territoriais de limites e fronteiras; problemas hidrográficos, de navegação de rios, e energéticos; dilemas sistêmicos de preponderância, hegemonia e liderança; impasses econômicos, de comércio e finanças. A rivalidade traduziu fielmente as relações no Cone Sul pela busca intensa por aliados em momento de conflito ou em tempos de paz. Neste caso, a rivalidade é vista como móbil superior das forças históricas (CERVO 2008, 208).

A dicotomia cooperação-conflito traduz o ambiente das relações internacionais. A própria noção de aliança é um fenômeno híbrido que captura tanto os aspectos da cooperação quanto do conflito internacional. Segundo Snyder (1997, 2) "any interaction between states, friendly or hostile, no matter how minor, may create expectations and feelings of alignment or opposition or both".

Relações cíclicas encapsulam a ideia de que nem cooperação nem conflito teriam se sustentado continuamente, mas alternaram ciclos de prevalência. Assim, picos de tensão seriam seguidos por vales de distensão e aspecto relevante do aporte seria identificar as reversões de tendência e suas motivações.

A configuração de relações em eixo no seio das relações bilaterais é promotora de objetivos nacionais e regionais de grande envergadura, transformando-se em eixo de gravitação da unificação regional. São resultantes de fatores econômicos, sociais e políticos, internos e externos, bem como da interação entre política interna e política externa e, ainda, do relacionamento pessoal estabelecido pelos líderes de cada país. Além disso, são forças motrizes estruturadas com objetivos políticos, como paz e desenvolvimento econômico, que evoluem das suspeitas mútuas para a cooperação acentuada (PATRÍCIO 2005, 21).

Imagens, percepções e identidades.

Dessa forma, aparatos alternativos são peças importantes e três linhas de possibilidades estão à disposição para a compreensão das relações bilaterais. A primeira linha trata dos mecanismos de cognição e percepção em torno do processamento da informação no âmbito do processo decisório



em política externa e se baseia na premissa de que, de fato, existe uma discrepância entre o mundo real (objetivo) e sua representação mental (subjetiva) (JERVIS, 1976). Segundo afirma Walt (1987, 25) “perceptions of intent are likely to play an especially crucial role in alliance formation”. Em síntese: “intention, not power, is crucial” (WALT 1987, 26).

A segunda linha procura focar o impacto de ideias sobre a formulação de política externa e a produção de imagens ou visões sobre os países (Silva 1998). Segundo Keohane e Goldstein (1993), ideias influenciam a política quando as crenças (beliefs) incorporadas fornecem mapas que diminuam as incertezas dos atores acerca dos objetivos.

A terceira linha privilegia os aspectos ideacionais ou imateriais presentes nas relações internacionais e tem caracterizado os estudos construtivistas e de abordagem historicista como forma de compreender a existência de co-constituições entre os agentes internacionais e as estruturas que emergem deste encontro. Uma destas estruturas são as identidades internacionais. Para Cervo (2008, 65) a identidade cultural condiciona os desígnios duradouros da política exterior. Por exemplo, Avelar (2003) trata da identidade na relação Brasil-Portugal, o legado português, a cultura como força e a ideia de lusotropicalismo.

Dois outros elementos são importantes para o estudo das relações bilaterais em política exterior. Primeiro, para os construtivistas, debates sobre ideias são os construtores de blocos fundamentais da vida internacional, sendo, portanto, uma perspectiva mais profunda que o realismo e o liberalismo, ao explicar as origens dos eventos e forças que dirigem o sistema internacional. Por exemplo, foram intensificados nos últimos anos os debates sobre a ideia de América do Sul em contraposição a noção de América Latina, sobretudo após a I reunião de Brasília no ano 2000.

Ademais, a agenda construtivista busca mitigar as fronteiras entre o mundo real e o mundo das ideias, no sentido que a partir do momento em que o estudioso começa a entender o mundo e suas dinâmicas ele próprio passa a poder reorientar propósitos e políticas e com isso transformar a realidade a sua volta. Este aspecto reaviva a intrigante questão se, e em que medida, os estudos sobre relações bilaterais podem transformar o futuro dos países.

Por último, nasce da conjunção entre imagens, percepções e identidades uma categoria analítica interessante: o “lugar do país”; definido como uma categoria histórica que procura descrever a síntese das relações bilaterais entre dois países, enfocando especialmente como se concebem mutuamente no plano material, dos interesses políticos e econômicos, mas também no plano imaterial, das ideias, imagens e ideologias. Spektor (2002, 115), ao falar das relações Brasil-Argentina, descreve que “era necessário definir um lugar para o vizinho mais importante nas prioridades diplomáticas do país depois do fiasco que constituía a demorada negociação dos rios internacionais”.

Política Exterior Comparada

Outro aspecto relevante para a compreensão das relações internacionais do Brasil é estabelecer os vínculos causais por meio da comparação histórica. Segundo Carr (2002, 117), história é mo-



vimento e movimento implica comparação em condições de tempo e lugar históricos. O historiador interpreta a realidade procurando explicar e entender processos históricos partindo da lógica interna dos acontecimentos e buscando a multiplicidade de causas que estão subjacentes a seu desenrolar. Estas causas rastreadas devem ser tanto explicações racionais quanto historicamente relevantes, no sentido que podem ser aplicadas a outras situações históricas em que serão também causas reais.

Primeiramente, o método da política exterior comparada serve para identificar pontos de convergência e de divergência nas tentativas de aproximação entre os atores. Nesse sentido, Raúl Bernal-Meza (2000) – recuperando quadro comparativo de Luciano Tomassini – propõe a comparação de três elementos pertencentes à política exterior de cada país: agenda internacional, objetivos de política externa e estilo de condução da política externa.

Pela ótica da política comparada busca-se o estabelecimento dos vínculos entre diferentes níveis de análise, especialmente entre o estatal e o sistêmico. O caminho da superação da dicotomia reducionismo versus sistema mundial passa pela aceitação de diferenças de essência das relações internacionais dos países, nas quais a política exterior cumpre a função de expressar a ação política governamental internacional dos Estados. Mas se, por um lado, há uma diferença de essência na inserção internacional dos países latino-americanos, por outro, é necessário reconhecer a existência de um sistema mundial que condiciona boa parte das políticas exteriores regionais (BERNAL-MEZA, 2000, 370).

Alguns exemplos deste tipo de análise podem ser encontrados na literatura especializada. Cervo (1992) busca avaliar os órgãos incumbidos do exercício da política exterior, o estado da arte e as fontes diplomáticas em ambos os lados, assim como levar em consideração as tendências históricas amadurecidas que conformam o comportamento dos estados no tempo longo.

Lessa (2000) trata comparativamente as relações exteriores de Brasil e França entre 1945 e 2000 pelo estudo das linhas gerais da política exterior do Brasil e da inserção internacional da França. Knopfli (2004), em livro organizado, discute as políticas exteriores de Brasil e Portugal. São apresentadas visões comparadas, pelo recorrido sobre as políticas exteriores dos dois países na última década, a perspectiva da cooperação cultural e o estágio das relações bilaterais como um todo.

Furtado (2008) propõe um recorte analítico não propriamente temporal, mas o faz analisando primeiramente a política externa do Brasil de 1946 e 1964, depois passa a análise da política externa da Índia no mesmo período e busca a síntese dos dois quadros anteriores nas relações Brasil-Índia (1947-1964). Já Young-Sun (2002) optou por um recorte tradicional da história diplomática ao verificar a evolução dos sucessivos governos no Brasil e na Coreia como forma de exercitar a comparação.

Outro caso importante é a identificação de nichos explorados pelos dois países que corroboraram para ampliar a densidade histórica da relação bilateral. No caso das relações do Brasil com a Arábia Saudita a possível venda de armas brasileiras para o mercado saudita foi um aspecto determinante na universalização das relações bilaterais do país tendo em vista o Oriente Médio (ALSAFI 1992, 333).



Triangulação

Outra ferramenta interessante parte tanto da análise comparativa da política externa de cada um dos países quanto da identificação de outros atores de peso que interferem direta ou indiretamente naquela relação bilateral. Assim, em complementação aos métodos da política comparada percebe-se como de fundamental importância verificar a chamada triangulação, ou seja, a influência e interferência de um país, região ou evento histórico no quadro comparativo das políticas exteriores de países que mantêm relações bilaterais. Tal método de análise já está consagrado em estudos da história da política exterior do Brasil como os de Luiz Alberto Moniz Bandeira, Amado Luiz Cervo e Rubens Ricupero.

Por exemplo, as relações entre Brasil e Argentina, Brasil e Cuba, Brasil e Venezuela, Argentina e Inglaterra, sofreram influência clara dos Estados Unidos e por isso precisaram ser explicadas à luz desta variável interveniente. Por isso, o método de análise em história das relações internacionais tende a consolidar estudos regionais bilaterais que levem em consideração a presença de grandes poderes como EUA, Rússia, China no cenário mundial e sul-americano como uma variável de dupla natureza, por um lado interveniente e, por outro, sistêmica.

Ou seja, merece atenção especial do pesquisador os impactos tanto da atuação direta das grandes potências nas relações bilaterais entre os países sul-americanos, por meio de forças organizadas, quanto da simples presença como potencia dominante da região, caracterizando a bipolaridade da ordem internacional, influenciando o cálculo estratégico e moldando visões de mundo dos estadistas sul-americanos.

Interessante triangulação faz Senkman (2000) ao propor um estudo das relações Brasil-Israel a partir de uma comparação com Argentina. Ele se propõe a estudar as relações políticas e econômicas de Brasil e Israel durante o governo Getúlio Vargas, traçando um paralelo com o governo de Perón na Argentina. Outra tentativa de triangulação é feita por Furtado (2008) que, ao estudar as relações bilaterais Brasil-Índia, agrega a posição de Portugal na questão da descolonização dos enclaves portugueses na Índia. Também Costa (1988) ao tratar da construção do canal do Panamá necessariamente buscou a triangulação, uma vez que o principal evento, criação do Canal, vai estar diretamente vinculado aos interesses dos EUA. Neste caso, os tratados Torrijos-Carter (7/9/1977), garantiam o retorno do Canal à plena soberania panamenha em 1999.

Lessa (2000) utiliza-se também da triangulação ao propor analisar o valor da Europa Ocidental para o Brasil no que chama de eixos assimétricos de um triângulo imperfeito. Propõe-se a discutir os eixos sentimental e instrumental da relação Brasil-França em paralelo com a posição do Brasil entre Europa Ocidental e EUA. Além disso, insere os EUA como ator importante, posicionado entre Brasil e França, no período de reencontro entre os dois países no período de 1945 a 1955.

Chomsk (1983, 443) aborda a conformação do Faithful Triangle entre Estados Unidos, Israel e Palestina. Para o autor, "these three parties have become locked into a fateful triangular relationship, and within it they are drifting towards disaster". Para ele as ações de cada um condicionam mutua-



mente os outros, variando conforme o peso dos atores neste relacionamento, neste caso uma crítica à atuação norte-americana em respaldar a relação especial com Israel.

Patrício (2002, 446) adiciona que a influência de estados terceiros seria de fundamental importância na passagem do entendimento bilateral para o multilateral. No horizonte regional brasileiro a presença Argentina foi diluída na gestão de Geisel e Silveira, mas a dupla não seria bem sucedida em montar um modelo de atuação externa que prescindisse daquele país (SPEKTOR 2002, 7). Logo, as relações bilaterais do Brasil precisam ser trianguladas tanto com os EUA quanto com a Argentina.

Enfim, uma visão realista de mundo concebe o uso da triangulação para explicar arranjos do tipo aliança com propósitos de equilíbrio de poder. Como lembra Kissinger “in a triangular relationship it was better to align with the weaker side” (apud WALT 18).

Antecedentes, resgates e continuidades

A busca pela gênese dos acontecimentos, eventos marcantes, e pela definição dos aspectos estruturais é característica definidora do prisma de estudo da história das relações internacionais. Esse acessório analítico vale-se do pensamento que busca interpretar a “longa duração” do tempo histórico. Para Braudel (1958): “O intérprete das conjunturas só consegue alcançar as tramas estruturais, se rejeitar o real tal como é percebido, e se conseguir reconstruí-lo a partir de hipóteses que lhe permitam escapar aos dados, aos acontecimentos, para dominá-los melhor”.

Lembra Saraiva (2001) que é importante adotar uma perspectiva genético-estrutural nos estudos de relações internacionais, de olhar a gênese do acontecimento no passado e compreender como se forma e se cristaliza no tempo as grandes estruturas delineadoras do sistema internacional. Como forma de desvendar o presente e encarar o imediatismo da análise decorrente do fluxo abrupto de informações, os historiadores das relações internacionais que estudem as relações bilaterais têm como “arma final” a retrovisão e as regularidades (HOBSBAWN 1998, 251; DUROSELLE 2000).

Por exemplo, Galvão (2003) trata dos bastidores e antecedentes da Reunião de Brasília (2000), onde procura mostrar a definição do projeto de América do Sul na diplomacia brasileira, os cuidados da diplomacia brasileira naquela reunião e o papel histórico da reunião de presidentes da América do Sul; ou seja, todo um quadro de forças que antecedeu e impactou sobre a trajetória negociadora do encontro.

Knutsen (1997, 6) alerta para as dificuldades de apreensão da realidade conforme as expectativas do estudioso. Para ele, traçar a história de um objeto que passa por constantes mutações e transformações é muito como caçar um camaleão. Logo, se por um lado, as continuidades permitem aos estudiosos adotarem metodologias de análise que valorizem o longo prazo e o estudo das estruturas e processos, por outro, isso só é possível se as expressões analíticas assumirem um sentido mais tipológico ou taxonômico (como marcos e períodos) do que propriamente cronológico.



Os estudos sobre o Brasil na América do Sul, de uma forma ou de outra, buscam resgatar as tradições do Barão do Rio Branco e exaltar a continuidade do pacifismo e do juridicismo como parte integrante da política externa brasileira. Os estudos bilateralistas voltam seus olhares ao passado, seja ele glorioso ou de constrangimentos, pois são a chave para compreender melhor a atualidade. Neste universo, persistem os estudos sobre as relações Brasil-Portugal, Brasil-EUA, Brasil-Alemanha, Brasil-Itália, Brasil-África do Sul, Brasil-Venezuela, como promotores de um resgate dos laços culturais, socioeconômicos e políticos que marcam o presente da sociedade brasileira.

Anedotas e curiosidades

Um acessório interessante e peculiar à análise das relações internacionais do Brasil vale-se da busca por anedotas e curiosidades históricas que marcaram a aproximação e o afastamento de dois países. Lessa (2000) aborda o contencioso da pesca da lagosta entre Brasil e França, discutindo as bases do conflito e da incompreensão que originaram a chamada diplomacia dos crustáceos e que auxiliaram no bloqueio da parceria entre franco-brasileira.

De maneira inusitada, coloca em destaque um singular episódio como parte das relações bilaterais. Ao tratar da Guerra da Lagosta aborda a história das relações internacionais do Brasil pelo recurso ao anedotário histórico. Como coloca o autor, “o episódio fixou os limites da incompreensão ao qual haviam se entregado as partes desde meados da década 1950 os governos dos dois países em suas relações bilaterais, contaminando, por extensão, os contatos entre as sociedades” (LESSA 2000, 199).

Considerações finais

A permanência de dificuldades em definir uma metodologia única e própria ao campo de estudo das Relações Internacionais se reflete sobre os estudos de política externa e abre espaço para que outras tradições disciplinares possam apresentar-se como opções, oferecendo substratos teóricos e metodológicos à análise do Brasil no mundo.

Da mesma forma, o papel do historiador das relações internacionais, seus compromissos teóricos e metodológicos precisam ser constantemente reavaliados e redimensionados, de acordo com os avanços da ciência infante das relações internacionais, em diálogo direto com outras áreas do saber.

Neste sentido, este artigo foi pensado pela necessidade de dimensionar e instrumentalizar os estudos sobre relações bilaterais e sua intersecção com a política exterior do Brasil. Algumas lições metodológicas podem ser extraídas e utilizadas em estudos futuros. Primeiro, que as atualizações no jogo de poder internacional dependem do acumulado de fatos passados encadeados em um processo genético-estrutural que, mesmo em constante mutação, podem ser rastreados, mediante abordagem, método e recorte adequados.



Segundo, que o caráter de indivisibilidade do tempo é um dos aspectos definidores para os estudos das relações internacionais, ou seja, o passado morre como mudança, mas, em certo sentido, continua vivo no presente como devir, moldando destinos e escolhas das nações e sociedades.

Terceiro, não se deve ver na contribuição da História uma ode ao factualismo puro, tendo os documentos como “sacrário do templo dos fatos” ou se apegar à doutrina da “inevitabilidade histórica”, que constantemente se dobra ao papel do acaso na história. O importante é notar que os atos internacionais bilaterais são um termômetro da relação entre dois países e podem servir ao historiador como parâmetro para diagnosticar mudanças e continuidades em um determinado sistema de relações.

Quarto, que a delimitação metodológica dos estudos sobre as relações internacionais do Brasil passam pela hierarquização das causas, definição da importância relativa de uma causa ou conjunto de causas, pela escolha dos aspectos mais interessantes e propensos à comparação, pela aceitação de grandes estruturas hegemônicas que se mostram à luz do conhecimento histórico de longo prazo.

Por fim, que um caminho possível, mas em construção é o de traçar um paralelo entre os estudos no campo da História e da Teoria das Relações Internacionais, uma abordagem híbrida que congregue elementos conceituais e teóricos de ambos e que produza uma síntese crítica para o estudo da política exterior do Brasil.

Assim, o emaranhado de informações coletados pelo pesquisador, muitas vezes indecifrável, pode ganhar inteligibilidade quando expostas às lentes convergentes da História e da Teoria, refletindo a interdisciplinaridade como essência identitária das Relações Internacionais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 1999. O estudo das relações internacionais no Brasil. São Paulo: Unimarco.

ALSAFI, Mansour Saleh. 1992. Arábia saudita: Sua política externa e aspectos de suas relações com o Brasil. Brasília.

ARON, Raymond. 2002. Paz e Guerra entre as Nações. Editora UnB, IPRI. Brasília.

AVEIRO, Thais Mere Marques. 2006. Relações Brasil-Uruguaí: a nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília.

BANDEIRA, Moniz. 2003. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: (Da Tríplice Aliança ao Mercosul): 1870-2003. Rio de Janeiro: Revan.

_____. Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 1999.

_____. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. 3a ed. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: UnB, 1998. p. 103.



BECARD, Danielly Silva Ramos. O Brasil e a república popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.

BERNAL-MEZA, Raul. 2000. Sistema Mundial y MERCOSUR: Globalizacion, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

BUENO, Clodoaldo. 2003. Política externa da primeira república: os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra.

CARR, Edward Hallet. 2002. Que é história? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8a edição.

CERVO, Amado Luiz. 1992. As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

____. org. 1994. O Desafio internacional. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

____ e MAGALHÃES, Calvet. 2000. Depois das caravelas: As relações internacionais entre Portugal e Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

____. 2005. "Contracapa". In Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Brasília: FUNAG.

____ e BUENO, Clodoaldo. 2008. História da política exterior do Brasil. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

COSTA, Marília Maciel. Relações Brasil-Panamá. Dissertação de mestrado. Brasília, 1988

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo Império Perecerá. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

____ e RENOUVIN, Pierre. Introduction à l'histoire des relations internationales. Paris: Armand Colin, 1991.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALVÃO, Thiago Gehre. América do Sul: a construção de uma ideia. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto: Brasília: FUNAG, 2005.

GILPIN, Robert. War and change in world politics. New York: Cambridge, 1995.

GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, Robert O. Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change. Ithaca/London: Cornell Univ. press, 1993.



- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. 2000. Argentina: visões brasileiras. Brasília: IPRI, FUNAG.
- HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HILTON, Stanley E. Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947. Austin, Texas: University of Texas Press, 1991.
- HOBBSBAWVN, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. Estudos Históricos, RJ, vol 5, n 1, pp.251-260, 1992.
- JERVIS, Robert. Perceptions and Misperceptions. Princeton University Press, 1976
- LE GOFF, Jacques (org.). A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LESSA, Antônio Carlos. 2000. A Parceria bloqueada: As relações entre França e Brasil, 1954-2000. Brasília.
- _____. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. RBPI, Brasília, ed. especial, julho de 1998, p 29-41.
- MORGENTHAU, Hans. Política entre as Nações. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI. Brasília, 2003.
- PATRÍCIO, Raquel Cristina de Caria. As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras: gênese dos processos de integração. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília/Instituto de Relações Internacionais.
- RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste. Introduction a la história de las relaciones internacionales. (1ª ed esp à 4ª edição fra) Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- SANTOS, Norma Breda dos. Brasil e Israel: Diplomacia e sociedades. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SARAIVA, José Flávio S. (org). Relações Internacionais dois séculos de história: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (de 1815 a 1947). Vol 1. Brasília: IBRI, 2001.
- _____. Foreign Policy and political regime. Brasília: IBRI, 2003.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. SP: Martins Fontes, 4a edição, 1987.
- SCHWELLER, Randall L. The progressiveness of neoclassical realism. In ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam Fendius (eds). Progress in International Relations Theory: appraising the field. BCSIA, Cambridge: MIT Press, 2001.
- SHEEHAN, Michael. The balance of power: theory and history. London: Routledge, 1996.
- SILVA, Alexandra de Mello e. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. RBPI 41 (2): 139-158 [1998].



SILVA, Zélia Lopes da. Arquivos, patrimônio e memórias: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999.

SNYDER, Glenn H. Alliance politics. Ithaca: Cornell university Press, 1997.

SOUZA, Ricardo Avelar. As Relações Brasil-portugal e a construção de um projeto identitários: A comunidade dos países de língua portuguesa. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003.

SPEKTOR, Matias. Ruptura e legado: O colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a argentina 1967-1979. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

TRACHTENBERG, Marc. The craft of international history: a guide to method. Princeton University Press, 2006.

TRENTO, Maikel. 2004. A escola inglesa de relações internacionais. Dissertação de mestrado. UnB.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento: (1962-1986). Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2007.

WALT, Stephen M. The origins of alliances. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth. O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa. Brasília: UnB, 2004.

WENDT, Alexander. Social theory of international politics. UK: Cambridge Universit Press, 1999

WIGHT, Martin. A política do poder. Brasília: UnB, 2002.

ZAVALA, D.F. Maza. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In América Latina: história de meio século. Vol 2. Brasília: Ed. UnB, 1990.